



O IMPACTO DE CÃES DOMÉSTICOS (*Canis lupus familiares*) EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Flávia Alves França^{1*}, Amanda de Castro Souza², Débora Aroeira Mueller², Gustavo Gomes da Luz Pereira², Litssa Maria Pires Maia Galvão², Pedro Artur Silveira Viana², Marcelo Pires Nogueira Carvalho³.

¹Discente no Curso de Ciências Biológicas – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil – *Contato: flaviaalvesf01@gmail.com

²Discente no Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

³Docente do Curso de Medicina Veterinária – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte/MG – Brasil

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação são definidas pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” e são protegidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ainda que sejam bastante importantes para a conservação da biodiversidade não só no Brasil, mas em todo o mundo², elas estão sujeitas a diversos desafios, tanto na gestão financeira e manutenção quanto no controle da diversidade, já que estudos demonstram que o conhecimento a respeito da diversidade das UCs é escasso para diversos grupos taxonômicos³. Além disso, a presença de animais domésticos, especialmente o cão doméstico (*Canis lupus familiares*) nos arredores das unidades está relacionado a uma série de impactos a fauna silvestre desses locais, incluindo a predação, transmissão de doenças, a perturbação da fauna e a hibridização⁴, sendo um grande desafio no controle e manutenção da biodiversidade da área.

METODOLOGIA

Essa revisão literária foi baseada em artigos científicos, teses e dissertações publicadas entre 2006 e 2018 e indexadas nos sites do google acadêmico, Scielo, entre outros.

RESUMO DE TEMA

Os cães domésticos (*Canis lupus familiaris*) fazem parte da história da humanidade, com a primeira domesticação datada de, aproximadamente, 33.000 anos⁵. Hoje, estimativas recentes indicam a presença de mais de 700 milhões de cães em todo o mundo, sendo considerado uma espécie invasora em grande parte das regiões e uma das de maior sucesso.

Estudos realizados por Paschoal et al. analisaram a presença do mamífero em Unidades de Conservação na região da Mata Atlântica e o que foi visto é que o cão doméstico foi a espécie mais detectada em número de indivíduos, além de exercerem um efeito de borda nas áreas e de causarem, potencialmente, danos para a fauna nativa^{6,7}. Além disso, há uma clara relação entre a presença do cão doméstico e a ação antrópica, uma vez que a maior densidade habitacional ao redor das regiões de preservação resultou em maior probabilidade de detecção do animal⁶.

Os cães em UCs podem trazer diversos impactos relacionados à interação com animais silvestres, incluindo a predação e competição, participando de uma das principais causas de extinção de espécies nativas do mundo⁴. Mais gravemente, o cão doméstico pode ser um reservatório e transmissor de doenças, como a raiva e a cinomose, levando-as a regiões onde ainda não são frequentes. Além disso, a sua alta densidade pode gerar uma competição por recursos e espaço com outros carnívoros predadores, afetando a presença dos mesmos na companhia do cão⁸. Um fato importante é que a predação pode gerar uma redução significativa de espécies nativas, especialmente de pequenos mamíferos e aves, ocasionando um dano em todo o ecossistema⁸. Uma espécie aparentemente afetada pela presença de cães domésticos em unidades de conservação é a jaguatirica, um mesocarnívoro e o terceiro maior felino das Américas. O que foi visto é que áreas com alta densidade de cães apresentaram densidade diminuída do felino em comparação com regiões com menor ou sem presença do animal doméstico^{6,9}, o que pode acabar por afetar o modo de vida desses felinos, além de outras espécies e o habitat em geral. Apesar dos mecanismos ecológicos por trás desta diminuição da presença do mesocarnívoro não serem totalmente compreendidos, entende-se que o cão pode ter um efeito deletério principalmente pela competição interespecífica devido às altas densidades do animal¹⁰. Por fim, o problema da transmissão de doenças

inclui parasitoses, viroses, entre outros muitas vezes zoonóticos, e podem ser transmitidas tanto por meio da interação direta dos cães com os animais nativos pela predação, quanto por meio de vetores, como no caso da Leishmaniose.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos perceber a complexidade da relação homem-cão em áreas ao redor das Unidades de Conservação, visto que o cão doméstico pode assumir o papel de potenciais predadores, além de gerar diversas consequências negativas para a fauna nativa, incluindo transmissão de doenças e perda de biodiversidade, sendo um tópico importante na discussão sobre a conservação.

Ainda, uma resolução deve ser proposta de forma cautelosa para evitar conflitos e promover a saúde e bem estar animal. Por isso, mais pesquisas sobre o tema devem ser realizadas, incluindo estudos sobre o impacto para a preservação causada por esses animais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [S. l.], 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 18 jul. 2022.
2. GASTON, K.J. et al. The ecological effectiveness of protected areas: the United Kingdom. *Biological Conservation*, v. 132, n. 1, p. 76-87, 2006. HUGHES, Joelen;
3. OLIVEIRA, U. et al. Biodiversity conservation gaps in the Brazilian protected areas. *Scientific reports*, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2017.
4. MACDONALD, D.W. A review of the interactions between free-roaming domestic dogs and wildlife. *Biological Conservation*, v. 157, p. 341-351, 2013.
5. OVODOV, N.D. et al. A 33,000-year-old incipient dog from the Altai Mountains of Siberia: evidence of the earliest domestication disrupted by the Last Glacial Maximum. *PloS one*, v. 6, n. 7, p. e22821, 2011.
6. PASCHOAL, A.M.O. et al. Anthropogenic disturbances drive domestic dog use of Atlantic Forest protected areas. *Tropical Conservation Science*, v. 11, p. 1940082918789833, 2018.
7. PASCHOAL, A.M.O. et al. Use of Atlantic Forest protected areas by free-ranging dogs: estimating abundance and persistence of use. *Ecosphere*, v. 7, n. 10, p. e01480, 2016.
8. LESSA, I. et al. Domestic dogs in protected areas: a threat to Brazilian mammals?. *Natureza & Conservação*, v. 14, n. 2, p. 46-56, 2016.
9. MASSARA, R.L. et al. Factors influencing ocelot occupancy in Brazilian Atlantic Forest reserves. *Biotropica*, v. 50, n. 1, p. 125-134, 2018.
10. MASSARA, R.L. et al. Ocelot population status in protected Brazilian Atlantic Forest. *PloS one*, v. 10, n. 11, p. e0141333, 2015.

APOIO:

GRUPO DE ESTUDOS EM ANIMAIS SELVAGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS